

ANO I - EDIÇÃO Nº 136 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quinta-Feira, 29 de setembro de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 084/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais, e conforme o disposto no art. 17, inciso V, alínea "d", inciso XII, alínea "h" e "i", da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, no art. 41 da Constituição Federal c/c caput do art. 21, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007; na Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012; e

Considerando que a servidora nominada preencheu as condições para adquirir estabilidade no serviço público, em virtude do atendimento aos requisitos relativos à disciplina, idoneidade moral, aptidão para a função, conduta e integração do servidor ao serviço e às atribuições do cargo, bem como pelo decurso de três anos de efetivo exercício, ao que se extrai de todas as etapas da Avaliação Especial de Desempenho a que foi subordinada;

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR ESTÁVEL no serviço público estadual, no Ministério Público do Estado do Tocantins, a servidora Rosiane Lima de Sousa, Técnico Ministerial – Assistência Administrativa, Matrícula nº 121313, a partir de 02/09/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 733/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edição nº 12 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 29 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, dos contratos elencados a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto	Contrato	Objeto do Contrato
Francisco das Chagas dos Santos Matrícula nº 69507	Patrícia de Oliveira Cabral Matrícula nº 96109	Nº 083/2016	O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de suporte técnico de software de registro eletrônico de frequência e controle de banco de horas, compreendendo Assistência Intelectual (conhecimento: aplicação do software) e Assistência Tecnológica (manutenções: atualizações do software, integração com dados do Sistema legado Athenas, revisões e reparos de defeitos), visando solucionar problemas técnicos que porventura o sistema apresentar, destinada ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado

do Tocantins, conforme discriminação prevista na proposta-orçamentária da Contratada e do Processo administrativo nº 2016.0701.00332, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 734/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Procuradora de Justiça ELAINE MARCIANO PIRES para atuar perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na sessão de julgamento da 1ª Câmara Cível, no dia 28 de setembro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 735/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça ARGEMIRO FERREIRA DOS SANTOS NETO para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Gurupi - TO, no dia 29 de setembro de 2016, Autos nº 0009821-61.2015.827.2722.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 736/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça LISSANDRO ANIELLO ALVES PEDRO para, em conjunto com a Promotora de Justiça THAIS CAIRO SOUZA LOPES, atuar nos Autos nº 0003496-63.2016.827.2713, que tramita na 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, acompanhando o feito até seus ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00336

ASSUNTO: Homologação de Procedimento Licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de aparelhos telefônicos.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 433/2016 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 4, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como nos Atos PGJ no 014/2013 e nº 021/2016, e considerando as manifestações favoráveis proferidas no Parecer Administrativo nº 154/2016, às fls. 237/239, oriundo da Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 086/2016, às fls. 240/242, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, referentes ao procedimento licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de aparelhos telefônicos, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, que ocorreu na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, conforme Pregão Presencial nº 30/2016, HOMOLOGO o resultado do dito certame, no qual foram adjudicadas as propostas das seguintes empresas licitantes vencedoras: A.B. TELEINFORMÁTICA COMUNICAÇÃO LTDA – item 01 e J & M INFORMÁTICA LTDA – itens 02 e 03, em conformidade com a Ata de Abertura da Sessão Pública, acostada às fls. 223/225, do Pregão Presencial em referência, apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Propostas de Preços acostadas, respectivamente, às fls. 232/233 e 234/235. Determino a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 27 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: RODRIGO ALVES BARCELLOS

DESPACHO Nº 434/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça RODRIGO ALVES BARCELLOS, para conceder-lhe 06 (seis) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 09, 12, 13, 15, 16 e 19 de dezembro de 2016, em compensação aos dias 26/06/2016; 06, 07, 11, 27 e 28/08/2016; 09, 10, 11, 17, 18 e 24/09/2016, os quais, permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

AUTOS Nº: 2016/0701/00246

ASSUNTO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 041/2016 (AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT).

INTERESSADA : Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 436/2016 - Nos termos que faculta a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e devidamente cumpridos os requisitos previstos no Decreto Federal nº 7.892/13, que, consoante disposição do Ato PGJ nº 14/2013, se aplica no Ministério Público do Estado do Tocantins e considerando a solicitação consignada no OFÍCIO GAB/DPG Nº 547, de 22 de setembro de 2016, da lavra do Defensor Público-Geral Marlon Costa Luz Amorim, bem como as informações consignadas no MEMO Nº 197/2016 - C.P.L./P.G.J, de 27 de setembro de 2016, a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata em referência, respeitado o limite de adesão fixado no § 4º do Decreto Federal nº 7.892/13, AUTORIZA a adesão da Defensoria Pública do Estado do Tocantins à Ata de Registro de Preços nº 041/2016 (AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT), especificamente para os itens a seguir: Item 01 (Região Central): linha 2 (07 un), linha 3 (04 un), linha 4 (01 un) e linha 6 (01 un); Item 02 (Região Norte): linha 3 (01 un), linha 4 (01 un) e linha 6 (01 un); e Item 03 (Região Sul): linha 3 (01 un), linha 4 (01 un) e linha 6 (01 un), no valor total de R\$ 85.900,00 (oitenta e cinco mil e novecentos reais), mediante autorização pelo Ordenador de Despesas solicitante e comprovada nos autos a vantajosidade econômica da adesão, a indicação de recursos e a anuência do respectivo FORNECEDOR REGISTRADO, observando que as aquisições e contratações pretendidas deverão ser efetivadas em até noventa dias, conforme prazo de vigência na Ata, nos termos do art. 22, § 6º do Decreto Federal nº 7.892/13.

Encaminhe-se os presentes documentos à Comissão Permanente de Licitação para os procedimentos de praxe.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00321

ASSUNTO: Homologação de Procedimento Licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de suprimentos de informática – toners.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 437/2016 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 4, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, e considerando as manifestações favoráveis proferidas no Parecer Administrativo nº 155/2016, às fls. 262/264, oriundo da Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 087/2016, às fls. 265/268, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, referentes ao procedimento licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de suprimentos de informática – toners, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, e das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins, que ocorreu na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, conforme Pregão Presencial nº 32/2016, HOMOLOGO o resultado do dito certame, no qual foram adjudicadas as propostas das seguintes empresas licitantes vencedoras: LUCIANO ARAUJO VIEIRA DA SILVA – item 06 e R/C CARTUCHOS, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA – itens 01, 02, 03, 04, 05 e 07, em conformidade com a Ata de Abertura da Sessão Pública, acostada às fls. 241/243, do Pregão Presencial em referência, apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Propostas de Preços acostadas, respectivamente, às fls. 258 e 259/260. Determino a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO

TOCANTINS, em Palmas-TO, 27 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: THAIS MASSILON BEZERRA CISI

DESPACHO Nº 438/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pela Promotora de Justiça THAIS MASSILON BEZERRA CISI, para conceder-lhe 01 (um) dia de folga, a ser usufruído no dia 16 de novembro de 2016, em compensação aos dias 08/12/2014 e 10/01/2015, os quais permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE REMARCAÇÃO DO PREGÃO Nº 033/2016

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica a quem possa interessar, que o Pregão Presencial nº 033/2016, processo nº 2016/0701/00352, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE UMA NOVA PINTURA DO PRÉDIO SEDE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, LOCALIZADA EM PALMAS - TO foi declarado fracassado. Ficando remarcada a sessão referente ao mesmo para o dia 14/10/2016, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), na sala de licitações no 2º Piso, do Prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 28 de setembro de 2016

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE PREGÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia 17/10/2016, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 037/16, processo nº 2016/0701/00384, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO/RETIRADA DE PELÍCULA AUTOADESIVA NAS JANELAS E PORTAS DE VIDRO DA FACHADA DO PRÉDIO SEDE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM PALMAS-TO. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 28 de setembro de 2016.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE PREGÃO

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME/EPP

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia 18/10/2016, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 038/16, processo nº 2016/0701/00369, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, destinados ao atendimento das necessidades do Setor de Fisioterapia e Enfermagem

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins. O edital está disponível no site: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 28 de setembro de 2016.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA n.º 03/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º da Lei 7.347/85; e art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 2015.2.29.23.0039

FATO EM APURAÇÃO: possíveis lesões aos consumidores de combustíveis desta Capital.

INVESTIGADOS: Postos de Serviços de Abastecimento de Veículos de Palmas/TO

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 28 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 28 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA n.º 29/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; art. 5º, inciso XXXII e art. 170, inciso V, da Constituição Federal.

ORIGEM: Notícia de Fato n.º 2016.6.29.23.0117

FATO EM APURAÇÃO: Possível lesão aos consumidores do Estado do Tocantins, decorrente da cobrança abusiva de taxas de suspensão e religação do fornecimento de água e esgoto, bem como a cobrança abusiva e arbitrária denominada "Tarifa Mínima", referente a "consumo zero" por parte dos consumidores da concessionária, mesmo após a suspensão do fornecimento, quando não tenha havido qualquer consumo pelo usuário.

INVESTIGADO: Odebrecht Ambiental/SANEATINS e Agência Tocantinense de Regulação – ATR.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 13 de setembro de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 13 de setembro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA n.º 30/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; art. 5º, inciso XXXII e art. 170, inciso V, da Constituição Federal.

ORIGEM: Notícias de Fato n.º 2013.6.29.23.0267, 2013.6.29.23.0508, 2015.6.29.23.0407 e 2016.6.29.23.0456

FATO EM APURAÇÃO: Possível lesão aos consumidores do Estado do Tocantins, em decorrência da imposição de cobrança abusiva e arbitrária de taxas referentes à instalação de Equipamentos e Caixas

utilizadas na ligação e instalação da rede de esgoto residencial e comercial em vários bairros de Palmas/TO, sem a devida e necessária informação ao proprietário do imóvel, colocando todos os custos dessas instalações a cargo do consumidor, gerando evidente vantagem manifestamente excessiva em favor da empresa concessionária e, de consequência, causando vários prejuízos aos consumidores.

INVESTIGADO: Odebrecht Ambiental/SANEATINS e Agência Tocantinense de Regulação – ATR.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 13 de setembro de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 13 de setembro de 2017.

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 004/2013

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08

ORIGEM: "Procedimento Investigatório Preliminar" n.º 004/13

FATO EM APURAÇÃO: irregularidades físicas, estruturais e de pessoal do Hospital Municipal de Colinas do Tocantins-TO e decorrente omissão dos agentes públicos responsáveis

INVESTIGADO: a apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 19 de abril de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.º: 010/2014

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Procedimento Preliminar n. 010/2014

FATOS EM APURAÇÃO: Irregularidades no exercício financeiro de 2008 da Fecolinas.

INVESTIGADO: Município de Colinas do Tocantins/ FECOLINAS

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins, 11 de maio de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PRELIMINAR EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão de procedimento preliminar em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º.: 015/2012/ICP.

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/ TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Procedimento Preliminar n.º 015/2012.

FATO EM APURAÇÃO: Supostas irregularidades no recolhimento de

contribuições previdenciárias no exercício de 2008, bem como, na contratação da Empresa Bernardo Vidal Consultoria LTDA, junto a Prefeitura do Município de Brasilândia-TO
 INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de Brasilândia/TO.
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Formoso do Araguaia, para Colinas do Tocantins/TO, 29 de maio de 2016.

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Roberto Freitas Garcia, titular da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e do artigo 21, § 2º, da Resolução n.º 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, dá ciência ao Representante Anônimo, acerca da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório n.º 054/2015, instaurado nesta Promotoria de Justiça para apurar irregularidades alusivas à prestação de serviços de internet e de telecomunicações, a exemplo de fraudes em procedimentos licitatórios, inexecução contratual e sonegação de impostos, no âmbito do Município de Gurupi. Esclarecendo que, o aludido procedimento extrajudicial será encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público/TO, e, até a data de sua sessão, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento em referência, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do reportado inquérito civil.

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 47/2016

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e, por fim, Lei Federal n.º 8.069/90 (ECA).

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 055/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar suposta recusa do transporte escolar do Município de Dueré-TO em atender as infantes H.S.A (12 anos de idade) e H.S.A (07 anos de idade), filhas de Izane dos Santos Feitosa, no endereço contido nos autos, por residirem em local que não fazem parte da rota estipulada por aquele município.

REPRESENTANTE: Izane dos Santos Feitosa

REPRESENTADA: Município de Dueré - TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 27 de setembro de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 27/09/2017 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 046/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 48/2016

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85; artigo

61, inciso I da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e, por fim, Lei Federal n.º 8.069/90 (ECA).

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 044/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e vulnerabilidade do infante O.S.G., o qual usa entorpecente, e o irmão P.S.G., que apresenta problemas de saúde e que também está usando drogas, sendo ambos filhos de Beatriz Neres de Souza, no município de Gurupi-TO.

REPRESENTANTE: CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

REPRESENTADA: Beatriz Neres de Souza.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 27/09/2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 27/09/2017 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 48/2016

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e, por fim, Lei Federal n.º 8.069/90 (ECA).

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 076/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Verificar a situação da convivência marital entre da adolescente K.C.N (16 anos de idade) e Marcos Adriano Lima Cândido, de modo a obter informações acerca de eventual consentimento dos pais ou a ocorrência de abuso sexual.

REPRESENTADO: Marcos Adriano Lima Cândido, Patrick Laurindo Xavier Costa e Vera Lúcia Parente Nascimento

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 27 de setembro de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 27/09/2017 (01 ano).

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira - Denuncie - Questione

(63) 3216-7598
(63) 3216-7575
www.mpto.mp.br
ouvidoria@mpto.mp.br